SINDIAGUA INFORMA

AMEAÇA DE PRIVATIZAÇÃO

Políticas neoliberais estão de volta?

A notícia veiculada no informativo especializado em economia e mercado de ações sobre suposta intenção do Governador Cid Gomes de privatizar a Cagece continua preocupando os trabalhadores. O Sindiagua ainda aguarda resposta de ofício enviado à Cagece através do qual é solicitado novos esclarecimentos sobre o assunto. A nota publicada pelo boletim, intitulado Relatório Reservado, afirma que "Cid Gomes está escrevendo a privatização da Cagece por linhas tortas" e que o Governador estaria fechando uma PPP que seria um "test drive" para privatizar a Cagece. A PPP em questão seria feita com a empresa chamada CAB Ambiental, ligada ao grupo Galvão Engenharia, responsável por outras obras do Governo do Estado, como a construção do Centro de Feiras e Eventos de Fortaleza, que está sendo erguido na Avenida Washington Soares.

A CAB Ambiental já vem executando contratos de PPPs no setor de saneamento, como por exemplo, com a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), que presta serviço num Estado historicamente governado por modelos neoliberais. O Sindiagua entrou em contato com o Sintaema para obter informações sobre a PPP. Lá, os trabalhadores e a direção do sindicato buscaram de todas as formas impedir a PPP, com protestos e ajuizamento de ações. Infelizmente a luta não teve resultados e a Sabesp fechou contrato com a CAB Ambiental no Alto Tietê. Por ironia, recentemente uma das obras da PPP na ETA Taiaçupeba enfrentou problemas de falta de água. Os funcionários da Estação ficaram sem água até para beber ou tomar banho por conta de um vazamento de rede. Foi um técnico de carreira da Sabesp que descobriu e solucionou o problema. O fato coloca em dúvida a qualidade dos serviços prestados pelas PPPs. Os companheiros do Sintaema estão vigilantes e acompanham os serviços prestados pela empresa.

Esse fato se soma a outros que mostram que a PPP pode ser um caminho escolhido pelo governo para tentar se chegar a privatização da Cagece. O Sindiagua mais uma vez cobra esclarecimento da Cagece e do Governo do Estado e alerta: os trabalhadores não aceitarão nenhuma tentativa de privatização da Companhia. Água é um bem público e não pode ficar nas mãos de empresas privadas. Deve sim, deve ser distribuído e garantido com qualidade para todos.

O presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, relembra que a história das privatizações deixou um legado negativo para a população. "As empresas de telefonia cobram tarifas altas, entre as mais caras do mundo, por um serviço que é alvo de constantes reclamações dos consumidores. A história de luta do Sindiagua contra a privatização comprova a capacidade dos trabalhadores de se mobilizarem e lutarem contra qualquer tentativa de privatização da água em nosso Estado", ressalta.

Eliane Novais condena possível privatização da Cagece

A pedido da diretoria do Sindiagua, a deputada estadual Eliane Novais utilizou a tribuna do plenário da Assembléia Legislativa, no último dia 13, para criticar a possível tentativa de privatização da Cagece, divulgada pelo Sindicato em seu último informativo. “A nota divulgada pelo boletim Relatório Reservado e reproduzida pelo Sindiagua em seu informativo sugere que há uma intenção do Governo do Estado de privatizar a Cagece”, informou Eliane. A parlamentar ressaltou ainda que a mesma nota diz que “o Governo estaria em vias de fechar uma Parceria Público Privada, que serviria como um 'test drive' para a venda da Cagece”.

A deputada informou que a notícia vem causando um forte temor entre os trabalhadores da companhia. De acordo com ela, “é necessário avaliar a veracidade das informações e a resposta do ofício enviado pelo Sindiagua solicitando esclarecimentos e uma posição oficial da diretoria do órgão”. A socialista colocou o mandato a

disposição da defesa dos servidores e relembrou a história de lutas do Sindiagua durante os governos neoliberais. “O Sindiagua foi a entidade pioneira na luta contra a privatização. O modelo neoliberal implantado no País ainda hoje traz prejuízos à população. Basta ver as tarifas exorbitantes das empresas de telefonia e energia e as reclamações constantes contra os serviços prestados”.

Governo do Estado limita serviço médico prestado aos servidores com nova lei do Issec

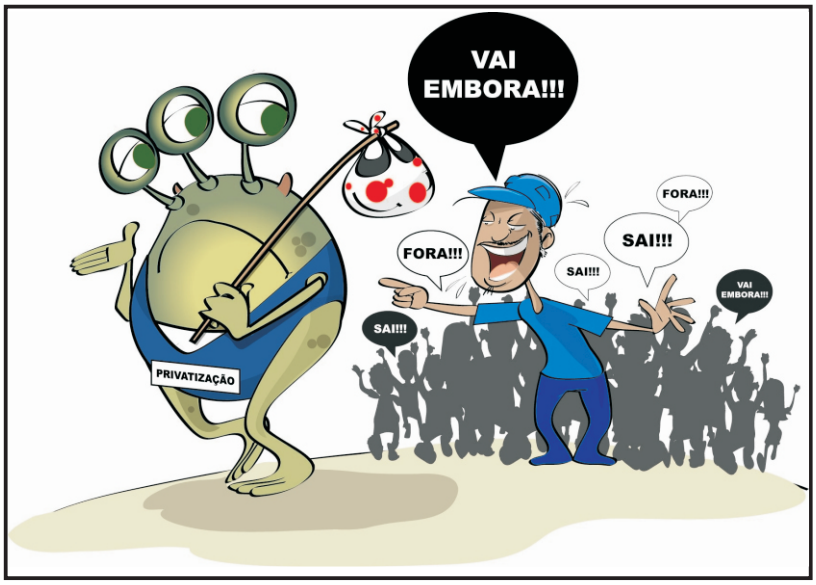
Mais uma apunhalada do Governo do Estado contra os servidores. A Assembléia Legislativa aprovou, no dia 13 de outubro, um projeto com mudanças no serviço de saúde que vão prejudicar o servidor público. A mensagem do Governo do Estado aprovada pela maioria dos deputados alterou a regulamentação do funcionamento do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec), limitando os direitos do servidor ao restringir o atendimento. O texto da mensagem do Governo determina que o Issec só ofereça assistência médica na rede de estabelecimentos credenciados pelo Instituto e dentro dos limites orçamentários.

O FUASPEC (Fórum dos Servidores Publicos do Estado do Ceará) se pronunciou sobre a matéria antes da votação, solicitando a retirada urgente da proposta de mudança enviada pelo Governador do Estado, por restringir e prejudicar os serviços demandados pelo servidor público. Logo no início da sessão, a deputada estadual Eliane Novais (PSB) criticou a mensagem e pediu que a matéria fosse retirada de pauta. Heitor Férrer (PDT) chegou a alegar que a proposta é inconstitucional, já que o governo coloca limites no atendimento à saúde do servidor. Além destes, Wagner Sousa (PR), Ely Aguiar (PSDC), Ferreira Aragão (PDT), Roberto Mesquita (PV), Augustinho Moreira (PV) e Ronaldo Martins (PRB) votaram contra a proposta. Dezoito parlamentares votaram a favor do governador. Foi a votação mais apertada do governo Cid Gomes.

A direção do Sindiagua manifesta total repúdio a mais essa afronta do Governo do Estado contra os servidores públicos por mexer com uma área sensível: a saúde dos trabalhadores.

Fatos levam a crer que há uma tentativa de privatização em curso

1. A exemplo do que acontece com os servidores de outros órgãos, nos últimos anos é perceptível o descaso do governo do estado com o quadro de funcionários da Cagece. A Companhia tem pressionado trabalhadores para aderirem ao PRSP – que muitos consideram uma espécie de PDV – para que a aposentadoria de funcionários de fato seja antecipada.



2. Paralelo a isso, há um descompromisso com a realização do concurso público. Já se passaram seis anos de Governo Cid e o concurso continua como algo distante. A reivindicação da categoria vem sendo adiada, sofrendo com sucessivos atrasos e indefinições. Vários estudos de demanda de funcionários foram feitos: no mandato do governador Lúcio Alcântara, e nas gestões dos ex-presidentes da Cagece Henrique Vieira e Jurandir Santiago. No entanto, todos os estudos são arquivados sem explicações. A atual gestão anunciou a criação de uma comissão para elaborar um novo estudo, sem a participação do Sindiagua.

3. Está em planejamento na Cagece a construção de 3 novas estações de tratamento de esgoto em Fortaleza, a fim de evitar que a emissão de efluentes ocorra na orla marítima, que atualmente se encontra com quase metade de seus pontos de banho comprometidos (fato que vem desgastando a imagem do governo do estado). São obras que possivelmente necessitarão a contratação de uma grande quantidade de trabalhadores. Resta a pergunta: que mão de obra será essa? Funcionários próprios ou de empresas privadas por meio de uma privatização?

4. Em alguns estados, o avanço de grupos privados sobre companhias de saneamento é evidente. Recentemente ações das companhias de Tocantins e Santa Catarina foram compradas por empresas privadas, sob protestos dos trabalhadores. Os grupos privados vêem nas obras de saneamento e operação de sistemas uma oportunidade milionária de lucro.

5. As notícias divulgando a intenção do governo do estado de privatizar a Cagece não são de hoje. Vária notas sobre o assunto já foram divulgadas levantando suspeitas de uma possível privatização da Cagece.

6. Só para relembrar: a Coelce foi privatizada no governo neoliberal, após período de sucateamento. Foram demitidos servidores e a hoje tarifa cobrada é uma das mais altas do mundo.

COMUNICADO SOBRE O PRSP

A diretoria do Sindiagua informa novamente que a assessoria jurídica da entidade está à disposição para esclarecer dúvidas dos cagecianos sobre o PRSP. Recomendamos que os trabalhadores não assinem qualquer documento relativo ao PRSP antes de consultar os advogados do sindicato, sob o risco de ter sérios prejuízos. Nossa assessoria jurídica está à disposição dos trabalhadores todas as sextas, das 9h às 12h, na sede da entidade.

CTB reafirma combate à precarização e ratifica seu apoio ao projeto das centrais sobre terceirização

A Executiva Nacional da CTB deliberou no último dia 11, após dois dias de reunião em São Paulo (SP), a posição oficial da Central em relação ao debate sobre terceirização que atualmente faz parte da pauta da Câmara dos Deputados. Por unanimidade, os membros da Executiva reiteraram a posição da CTB em contrariedade a qualquer forma de precarização do trabalho. O evento contou com a participação do presidente do Sindiagua e da CTB-Ceará, Jadson Sarto, que relatou os casos de terceirização no Estado, em especial no setor de saneamento.

Especificamente em relação à terceirização, os dirigentes votaram pelo apoio ao anteprojeto de lei formulado e subscrito pelas seis centrais sindicais e pelo Ministério do Trabalho, em detrimento do projeto do deputado federal Sandro Mabel, por seu conteúdo contrário às expectativas e interesses da classe trabalhadora.

Confira abaixo a íntegra da Resolução da 9ª Reunião da Executiva da CTB

A Executiva Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, reunida em São Paulo, nos dias 10 e 11 de Outubro, para tratar do processo de regulamentação da terceirização, em pauta na Câmara Federal e em discussão em vários fóruns trabalhistas e inclusive no Tribunal Superior do Trabalho, considerando:

1) Que a terceirização é uma estratégia empresarial para aumentar a produtividade, diminuir custos e aumentar lucros, tem como conseqüências a precarização das relações de trabalho e a supressão de direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora;

2) Que ao longo das últimas décadas a terceirização, além de expandir sua ação até as chamadas atividades-fim, também interferiu negativamente na organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras;

3) Que os malefícios da terceirização atingem igualmente os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

RESOLVE:

4) Reiterar o apoio ao projeto unitário das centrais sindicais de regulamentação da terceirização no setor privado que, dentre outros pontos, prevê a responsabilidade solidária entre as empresas, o impedimento da terceirização na atividade-fim, a garantia de salários, direitos iguais para atividades iguais e representação sindical para estes trabalhadores e trabalhadoras;

5) Posicionar-se contra a ampliação e a generalização da terceirização, fruto do neoliberalismo do Estado mínimo e da negação dos direitos trabalhistas;

6) Reiterar a posição de restringir a terceirização no setor privado e impedir no setor público, para o qual defendemos o instituto do concurso público como única forma de ingresso, previsto na Constituição Federal;

7) Rejeitar a Proposta de Substitutivo (4.330/04) do relator da comissão especial da Câmara Federal, Deputado Roberto Santiago (PV/SP), que não atende aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e favorece setores empresariais, preocupados exclusivamente com a ampliação de seus lucros;

Por fim, coerente com sua posição programática de lutar por um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, a CTB conclama as centrais sindicais e todas as forças democráticas e progressistas do país a se juntarem na luta pela aprovação do projeto de lei das centrais e banir definitivamente do país qualquer forma de precarização do trabalho.

A Executiva Nacional da CTB
São Paulo, 11 de Outubro de 2011.